



ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL INDÍGENA EM MATO GROSSO – BRASIL

Lisley Regina Gonçalves Poletto
Universidade Federal de Mato Grosso

Onélia Carmem Rosseto
Universidade Federal de Mato Grosso

Giseli Dalla Nora
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo

Os indígenas sofrem problemas sociais desde a colonização, com a invasão de seus territórios. O presente trabalho tem os movimentos socioterritoriais indígenas de Mato Grosso como base de estudo. Esses movimentos têm o território como luta para sua vivência. Neste trabalho o objeto de estudo é a geografia da atuação dos movimentos indígenas e tem por objetivo analisar e abordar o tema da atuação, suas principais reivindicações, e as etnias mais presentes no desenvolver de suas lutas, com intuito de sistematizar dados que irão apontar as principais regiões de atuação desse movimento, suas características, etnias, conquistas, assunto das reivindicações. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e quantitativa com revisão bibliográfica, análises de dados para os resultados e fundamentação teórica. As ações dos movimentos socioterritoriais podem ser divididas nas ações de ocupações de terras e manifestações, que são a principal forma de protestos na luta contra as desigualdades por eles enfrentadas, principalmente contra o latifúndio agronegócio e o próprio poder público. Os resultados obtidos apontam que esses movimentos atuam com ocupações e manifestações em Mato Grosso, realizam mais manifestações com reivindicações pela reforma agrária.

Palavras-chave: Indígenas, Movimento Socioterritorial, Mato Grosso, Dataluta, Território.

ANALYSIS OF THE ACTION OF THE INDIGENOUS SOCIOTERRITORIAL MOVEMENT IN MATO GROSSO – BRAZIL

Abstract

The indigenous people have suffered social problems since colonization, with the invasion of their territories. The present work has the socio-territorial movements

of Mato Grosso as the basis of study. These movements have the territory as a struggle for their experience. In this work the object of study is the geography of the performance of the indigenous movements and aims to analyze and address the theme of the performance, its main demands, and the ethnic groups most present in the development of their struggles, in order to systematize data that will point out the main regions of activity of this movement, its characteristics, ethnicities, achievements, subject of the claims. The methodology used was qualitative and quantitative research with bibliographic review, data analysis for the results and theoretical foundation. The actions of the socio-territorial movements can be divided into the actions of land occupations and demonstrations, which are the main form of protests in the fight against the inequalities they face, mainly against the agribusiness latifundio and the public power itself. The results obtained point out that these movements act with occupations and demonstrations in Mato Grosso, carry out more demonstrations with demands for agrarian reform.

Keywords: Indigenous, Socioterritorial Movement, Mato Grosso, Dataluta, Territory.

INTRODUÇÃO

Antes que o Brasil fosse ocupado pelos europeus, os indígenas já teriam direito à terra, por causa do reconhecimento histórico, porque eles foram os primeiros habitantes do país. Mesmo assim, este direito tem sido ameaçado, principalmente, pelos interesses pelo território, que é uma grande fonte de lucro, que gera riquezas, pois é um meio de produção da concentração de estrutura fundiária.

Durante a colonização nos anos 1500, os povos indígenas sofreram muitos massacres, violência física, imposição cultural e religiosa, exploração de mão de obra, resultando na diminuição dessas populações, bem como no deslocamento desses povos para regiões distantes do litoral brasileiro, onde a colonização foi mais intensa.

Após o advento da Constituição de 1988 - Carta Magna, foi que surgiu uma lei que reconhece as áreas indígenas. A esse respeito, o parágrafo 1º do artigo 231 da Constituição Federal de 1988 dispõe que:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo, usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

O que se pode dizer, a partir dos problemas enfrentados pelos indígenas, é que na atualidade eles continuam a sofrer os mesmos problemas do período da

colonização, por exemplo: a miséria, o suicídio, a violência interpessoal que afeta diretamente as populações indígenas e, além disso, há os problemas relacionados à luta pela terra.

A partir do momento da industrialização, que utiliza o meio ambiente para produzir matéria-prima, construção de hidrelétrica, rodovias e expansão agropecuária, os indígenas foram afetados por causa da degradação ambiental, como o desmatamento, diminuição da diversidade, poluição e assoreamento dos rios, dificultando sua sobrevivência porque traz as enfermidades, fome e diminuição da população indígena.

A expansão agropecuária no estado de Mato Grosso é o principal motivo de conflitos entre latifundiários e as etnias indígenas. Isso acontece porque perdem parte da sua terra produtiva e surge o conflito por causa da invasão de terra e massacres.

Atualmente, no estado de Mato Grosso, segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, há 42.538 índios declarados e 195 não declarados, e, de acordo com informações da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), há 73 terras indígenas (TI) e 48 etnias; as cidades que possuem maior população indígena no estado, no total, urbana e rural, são: Campinápolis, Nova Nazaré e Gaúcha do Norte.

A luta pela terra em Mato Grosso acontece com os movimentos socioterritoriais, que realizam seus protestos com ocupações e manifestações, nas quais as lutas dos povos indígenas ocorrem, às vezes, juntas com outros movimentos.

Para entender o movimento socioterritorial indígena, faz-se necessário classificar os tipos de ocupações, manifestações e os principais motivos de lutas desse movimento, além da luta pela terra, como, por exemplo, por assistências essenciais, como saúde, escolas, entre outras.

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação dos movimentos socioterritoriais indígenas de Mato Grosso entre os anos de 2000 até 2012, identificando as principais reivindicações dos povos indígenas no estado, com intuito de sistematizar dados que irão apontar as principais regiões de atuação desses movimentos, suas características, etnias, conquistas, assunto das reivindicações.

Este trabalho faz parte da pesquisa iniciada no Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Houve interesse pela temática sobre a questão agrária dos movimentos socioterritoriais indígenas a partir do projeto Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), por meio do qual se compreendeu a importância desses movimentos na luta pela terra no estado do Mato Grosso para garantir a sobrevivência dos povos indígenas.

Adotou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica sobre os movimentos socioterritoriais, ação de lutas; para se obterem números, foram utilizados os dados do projeto DATALUTA no período de 2000 até 2013.

Na primeira parte da pesquisa, tem-se a introdução, com a apresentação do trabalho; a segunda parte contém a fundamentação teórica dos conceitos de movimentos socioterritoriais e movimentos sociais, a contextualização histórica a

partir das reflexões de autores geógrafos e de outras ciências; na terceira parte estão os procedimentos metodológicos para análises dos movimentos que atuam no estado de Mato Grosso; a quarta e última parte do trabalho apresenta os resultados e discussão dos dados sistematizados a partir dos dados do DATALUTA Mato Grosso, e são apresentados em gráficos, quadro, tabelas e mapas.

METODOLOGIA

A metodologia de início da pesquisa foi a revisão literária, que tem suma importância para dar qualidade ao projeto, proporcionando clareza sobre o tema da pesquisa. Tem como objetivo buscar abordar o tema na visão de vários autores até chegar aos conceitos. Segundo Silva e Menezes (2005, p. 37):

A revisão de literatura refere-se à fundamentação teórica que você irá adotar para tratar o tema e o problema de pesquisa. Por meio da análise da literatura publicada você irá traçar um quadro teórico e fará a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa.

A metodologia utilizada para o trabalho, no quesito quantitativo, consiste na análise dos dados gerados pelo projeto a partir dos dados do projeto de pesquisa e extensão DATALUTA, que é um projeto criado em função da dificuldade de acesso a dados sobre a questão agrária; deu-se início no ano de 1988, no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, a partir do grupo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), e ao longo do tempo outros nove grupos pelo país começaram a participar, formando a Rede DATALUTA, que se tornou uma referência internacional para estudiosos das questões agrárias. O DATALUTA em Mato Grosso é responsabilidade do GECA/UFMT, o qual realiza levantamentos de dados primários sobre a questão agrária a partir da técnica de coleta dos dados dos principais jornais do estado, podendo ser impressos e digitais. São os jornais: A Gazeta, Folha do Estado e Diário de Cuiabá – que serão analisados e colocados em planilhas, divididos nas categorias de ocupação, estrangeirização e manifestações organizadas pelos movimentos sociais. Com as notícias selecionadas, as planilhas têm suas especificações distribuídas em: macrorregião, microrregião, Unidade Federativa, município, local, nome do imóvel ocupado, número de famílias participantes, nome e sigla do movimento socioterritorial, dia, mês, ano, nome do grupo de pesquisa, reivindicações, observações e fontes.

Com esses dados foram realizadas análises para a elaboração de gráficos, tabelas e mapas, para definição das principais regiões de ocorrências dos movimentos indígenas, a partir dos dados do DATALUTA. Ao elaborar gráficos e tabelas, foi feita uma planilha que contém as cidades, regiões, etnias e motivos das manifestações. Para a elaboração dos mapas temáticos foi utilizado o *software* de geoprocessamento, marcando as regiões e porcentagens, separando por categorias.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL INDÍGENA EM MATO GROSSO

Conceito de movimentos sociais e conceito de movimento socioterritorial

Os movimentos sociais são ações de um grupo de pessoas, independentemente do meio social a pertencam, que têm objetivos parecidos e se organizam na sociedade. Esses grupos podem ter muitas motivações e várias maneiras de acontecer, principalmente com atos de manifestações e ocupações de diferentes âmbitos. Em relação aos movimentos sociais, Gohn afirma:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (2011, p. 251).

As pessoas estão habituadas a ver as ações de maneira que pressionem e provoquem a atenção de alguma determinada instituição; na mídia observam-se mobilizações, concentrações, ocupações, negociações e até desobediência civil. Hoje se encontram movimentos sociais que utilizam as redes sociais e outros modernos meios de comunicação, principalmente *internet*, como comunicação dos vários tipos de movimentos.

Os movimentos sociais e os movimentos socioterritoriais têm objetivos semelhantes no sentido de obtenção de políticas públicas assistencialistas com o intuito de diminuir as desigualdades sociais. Entretanto, os socioterritoriais vão além desse objetivo porque querem o direito à terra.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem 'um e outro'. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p. 31).

Os movimentos socioterritoriais são grupos que se formam em busca de conquista de territórios para melhores condições de vida, nos quais as lutas são realizadas por causa das contradições na sociedade, fazendo com que se organizem para conquistar seus direitos, como os sem-terra, quilombolas, camponeses, os indígenas, pois lutam com as mesmas medidas, mas com propósitos diferentes e se igualam pelo direito à terra. Nas palavras de Dalperio (2012, p. 28):

Os movimentos socioterritoriais se formam a partir de conflitos/descontentamentos evidentes nas contradições da nossa sociedade, por sua história de luta e pelo processo de dissidências (rupturas político-ideológicas) de outros movimentos devidos aos conflitos internos, que se manifestam nos processos de espacialização e territorialização. Os movimentos se organizam e lutam para a conquista de seus objetivos, neste caso o território/terra.

Existem duas principais formas de ação dos movimentos socioterritoriais, que podem atuar em conjunto ou separados, mas com os objetivos de reforma agrária, que lutam contra o agronegócio e as ações do governo que abram espaço para essa produção. Segundo Fernandes (2005, p. 31):

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

Esses movimentos podem ser classificados em diferentes reivindicações e objetivos, têm como principal característica o pensamento de coletivo; não devem ser interpretados como iguais, pois possuem suas próprias organizações e ideias. Os movimentos socioterritoriais são caracterizados como empecilho para o desenvolvimento, por questionarem o modelo de produção do agronegócio e são vistos como atos criminosos.

As ocupações e manifestações

São duas maneiras com importância histórica de reivindicações, as ocupações de terras são uma forma de chamar a atenção das políticas públicas para as necessidades do campesinato; é uma maneira de luta e de resistência dos movimentos socioterritoriais, que podem acontecer no próprio local ou em prédio público ou privado; após a ocupação de terras há a montagem dos acampamentos cujo objetivo é a desapropriação de áreas para a reforma agrária; acontecem por sobrevivência, geralmente por pequenos grupos e constituem um movimento social. Também ocorrem as ocupações planejadas, em que as famílias, junto com o movimento, fazem reuniões antes de ocuparem a terra. Como explica Fernandes (1999, p. 277-278): “Organizam trabalhos de base, realizando várias reuniões até a consumação do fato. As tendências desses movimentos são: findarem depois da conquista da terra ou transformarem-se em movimentos territorializados.”

Há ações de ocupação de grandes e pequenas participações, que mesmo assim são importantes para a realidade agrária e se tem o território através de reivindicações. De acordo com Girardi e Fernandes (2009, p. 345):

A ocupação de terra é espaço de resistência para o atendimento das reivindicações desses movimentos. A causa principal defendida é a realização da reforma agrária. Dessa forma, a ocupação de terra, planejada e executada pelos movimentos socioterritoriais, é o momento de enfrentamento e resistência para a conquista do território camponês, ou seja, sua territorialização pela desterritorialização do território do latifúndio e do agronegócio.

As manifestações do campo são consideradas atos políticos, protestos em busca de garantia de direitos e mudanças. Embora atualmente sejam realizadas por diversos temas e objetivos, têm a característica de questionar algum desequilíbrio social e político, mostrando à sociedade aquilo que reivindicam para a melhoria de um grupo, e romper se há privilégios; os movimentos socioterritoriais usam as manifestações como forma de luta com objetivos pela terra, desenvolvimento, preservação ambiental, suas próprias defesas, contra fome e miséria.

Para se entender melhor as manifestações do campo, é preciso entender as desigualdades que enfrentam e por que há resistências, num âmbito histórico, desde a colonização brasileira, como é o caso dos indígenas que resistem desde essa época e se manifestam atualmente para terem suas condições de sobrevivência.

As manifestações do campo têm propósitos comuns ao chamar atenção para questões que envolvem a reforma agrária, melhoras dos acampamentos, infraestrutura e tudo o que dá melhor condição de vida para que sejam incluídos na sociedade.

Nessas duas maneiras de protesto, o conflito está presente. Costumam reivindicar a construção de barragens, privatização da água, criação de assentamento ou desapropriação de terras, políticas agrícolas de crédito ou negociação de dívidas. As tipologias de manifestações são o bloqueio, acampamento, audiência, caminhada, celebração religiosa, cerco a construções, concentração em espaço público, greve de fome, interdições, marcha, pedágio, retenção de veículo.

A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS NO MUNDO GLOBALIZADO

Na América Latina, os movimentos sociais de maior acontecimento são os de povos tradicionais e por motivos étnicos, especialmente na Bolívia, Equador e Venezuela, pelos movimentos indígenas. Na Bolívia, os povos andinos vêm tentando transformar as propostas de gestão do Estado-nação em razão das diferentes etnias.

Observa-se também, no novo milênio, a retomada do movimento popular urbano de bairros, ou movimento comunitário barrial, especialmente no México e na Argentina. Todos esses movimentos têm aparecido publicamente como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas. Em alguns casos, elegeram suas lideranças para cargos supremos na nação, a exemplo da Bolívia. Movimentos que estavam na sombra e tratados como insurgentes, mas que aparecem com força organizatória, como os piqueteiros na Argentina, cocaleiros na Bolívia e Peru e zapatistas no México. (GOHN, 2011, p. 337.)

Outros fatos que ocorrem é que os movimentos rurais estão se articulando com os movimentos urbanos, por conta de muitas das manifestações realizadas serem em área urbana – a exemplo do Movimento Sem Terra (MST) e alguns protestos na Argentina. A autora Silva (1999), no artigo Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa, afirma que:

Para os povos indígenas, um marco foi o ‘Parlamento Índio-Americano do Cone Sul, 4’ realizado em São Bernardino/Paraguai, em outubro de 1974. É a primeira vez que lideranças indígenas do país participam de eventos internacionais dessa natureza (SILVA, 1999, p. 96).

Os conflitos com os indígenas no Brasil vêm desde a colonização, quando eles foram vítimas da violência, pela forma como os colonizadores tiveram contato. Atualmente no país esse conflito ainda é recorrente, eles são forçados a ingressar no modelo capitalista de produção.

Hoje os indígenas querem que seus problemas sejam resolvidos por eles, pelo fato de, desde a colonização do país, terem sofrido invasão de suas terras, as suas culturas expressivas ridicularizadas, sem esquecer o extermínio por serem povos de etnia diferente. Sobre a Região Nordeste do país, Silva (1999, p. 96) diz:

Os povos indígenas do Nordeste eram considerados extintos, e vários outros eram transferidos de uma região para outra, liberando as terras para a implantação de grandes projetos rodoviários, pecuários, hidroelétricos, dentre outros. Portanto, a tomada de consciência de que a terra era o elemento básico para garantir sua sobrevivência gerou a base dessas lutas e mobilizações.

O que hoje tem marcado a presença dos índios são os seus movimentos. Ferreira (1992 *apud* SILVA, 1999) destaca que “os indígenas na década de 70, suas lutas tinham objetivos de proteger a sua vida e sobrevivência”:

A primeira situa-se à época do Brasil colônia, em que a escolarização dos índios esteve a cargo exclusivo de missionários católicos, notadamente os jesuítas. Um segundo momento é marcado pela criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, e se estende à política de ensino da FUNAI e sua articulação com o Summer Institute of Linguistics (SIL) e outras missões religiosas. O surgimento de organizações indigenistas não governamentais e a formação do movimento indígena organizado, em fins da década de 60 e nos anos 70, época da ditadura militar, marca o início da terceira fase. A última delas, iniciativa dos próprios povos indígenas, a partir da década de 80, visa definir e autogerir seus processos de educação formal. (FERREIRA, 1992, p. 96)

O que aconteceu recentemente nas Regiões Norte e Nordeste, no caso da Amazônia, segundo reportagem da revista Fórum em 2012, é que os investimentos realizados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, na construção de estradas e usinas hidrelétricas têm provocado grandes transformações no modo de vida e território indígena. Essa mesma matéria aponta que 90% das TIs afetadas pelo PAC já se encontram em situação de risco, por causa de presença de madeiras, mineração e vários tipos de invasões. (IBGE, 2010)

Atualmente, segundo dados do IBGE, o estado do Amazonas é o que tem a maior população indígena declarada, após vêm os estados de Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Roraima. Como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. População indígena, por situação do domicílio, segundo a localização do domicílio – Brasil – 2010

Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896 917	324 834	572 083
Terras Indígenas	517 383	25 963	491 420
Fora de Terras Indígenas	379 534	298 871	80 663

Fonte: IBGE (2010).

Conforme o Censo Demográfico do IBGE, em 2010, havia 896,917 indígenas, divididos em áreas de moradias urbana e rural, estando a maior parte deles na área rural, em aldeias. Encontram-se os indígenas quase que em todos os estados, mas a maioria vive na região da Amazônia Legal. Para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os índios brasileiros estão divididos em três classes: os isolados; em via de integração, que são aqueles que conservam suas condições de vida nativa; e integrada, que são aqueles que vivem em comunhão social, por exemplo, participando na eleição de candidatos – e mesmo assim conservam seus costumes

e características da sua cultura. De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2016), há no Brasil 700 TIs que ocupam 13% do território brasileiro.

Movimento socioterritorial indígena em Mato Grosso

A formação territorial do estado do Mato Grosso esteve ligada à expansão territorial nacional, época em que se iniciaram os conflitos no contato com os índios. Esses conflitos territoriais estão muito presentes no estado por conta da expansão agrícola, como forma de capitalismo que visa a um modelo de produção.

Nessas condições, os indígenas sofrem ameaças e acabam sendo expulsos de suas áreas ao concorrerem com os latifundiários, que estão em busca de novas áreas de produção. A figura 1 faz a representação cartográfica da localização do estado de Mato Grosso, situado na Região Centro-Oeste do país.

Figura 1. Mapa – Localização de Mato Grosso



Fonte: Ferreira (2016).

Em meados da década de 1980, por migrantes da Região Sul do Brasil, foi introduzido o cultivo da soja com incentivo do governo federal, o que levou a uma grande expansão no estado, que até hoje dá a Mato Grosso um destaque significativo em produção, comparado com outros estados.

O conflito com os índios no estado acontece em virtude das formas de expansão de produção, como a de criação de gado e construção de usinas hidrelétricas, que causam degradação ambiental, que colocam em risco a sobrevivência indígena, por exemplo, pois para expandir é necessário desmatar. Segundo Rossetto (2015, p. 65):

Os dados quantitativos revelam que o Estado de Mato Grosso possui uma área de 903.357,91 Km², que equivale a 90.335.791 hectares, destes 47.805.514 ha são utilizados por propriedades agropecuárias, o que corresponde a 52,92 % do território mato-grossense.

O Censo Demográfico Brasileiro do IBGE, em 2010, apresentou novidades nos questionários sobre as populações autodeclaradas indígenas; para a formulação das perguntas foi necessária a participação das instituições e comissões para que chegassem ao censo. Dentre essas perguntas, algumas foram voltadas à população residente em TIs.

Serviu para acertar os mapas com os pontos das TIs junto com as informações populacionais que serviram para análises e planejamento da FUNAI.

Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e programa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. Nesse campo, a FUNAI promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas (FUNAI, 2016).

Foi percebido um pequeno aumento na proporção por causa da autodeclaração como indígenas, visto que antes se colocavam como categoria parda. Segue a Tabela 2.

Tabela 2. Evolução da população autodeclarada indígenas nos censos do IBGE 1991, 2000 e 2010 no estado de Mato Grosso

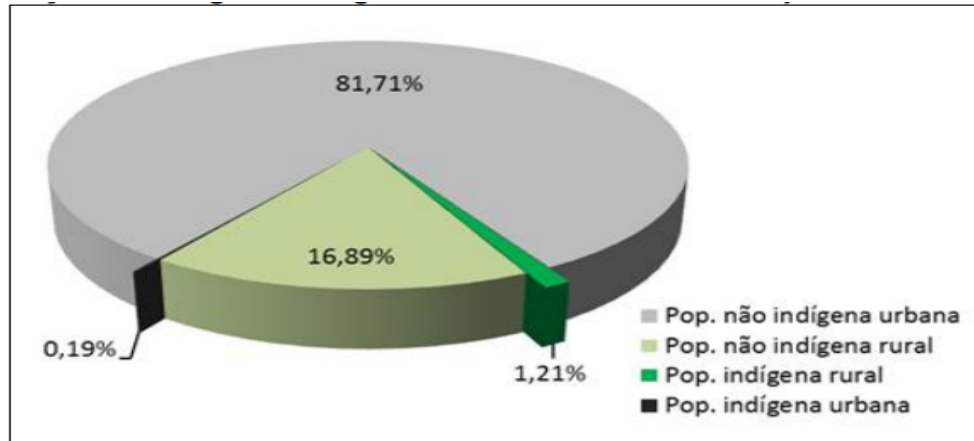
Estado	1991	2000	2010
Mato Grosso	16.548	29.196	42.538

Fonte: Organização dos autores com base em dados do IBGE, 2010

No estado de Mato Grosso, as populações indígenas estão divididas, residem em áreas urbanas e rurais e são vistas como mão de obra barata para trabalhar em locais que exigem pouca qualificação, e assim fazem parte de movimentos socioterritoriais e sociais em busca de melhores condições de vida. O gráfico 1 representa a porcentagem de população não indígena e indígena. Observa-se que no estado a população indígena, a maior parte, está na área rural. O Censo IBGE Indígena, em 2010, traz números com as maiores proporções da população do

estado. A tabela 3 mostra o município de Luciara, que concentra a maior proporção urbana de indígenas e Campinópolis, onde se encontra a maior proporção rural de indígenas.

Gráfico 1. População não indígena e indígena do estado de Mato Grosso por local de residência – 2010



Fonte: GECA/UFMT e DATALUTA Mato Grosso/2013.

Tabela 3. População indígena residente em áreas urbanas e rurais dos municípios de Mato Grosso

Município	Total Urbana	Município	Rural
Luciara	11,1	Campinópolis	80,0
São Félix do Araguaia	2,2	Nova Nazaré	61,3
Gaúcha do Norte	2,2	Barra do Garças	60,0
Santa Terezinha	2,2	General Carneiro	53,4
Canarana	1,8	Gaúcha do Norte	48,3
Nova Marilândia	1,5	Alto Boa Vista	37,1
Nova Xavantina	1,0	Feliz Natal	34,8
Conquista D'Oeste	0,9	Santo Antônio do Leste	32,3
Aripuanã	0,9	Rondolândia	31,5
Planalto da Serra	0,8	Canarana	27,3

Fonte: Organização de Poletto (2016), GECA, DATALUTA-MT com bases em dados do IBGE (2010).

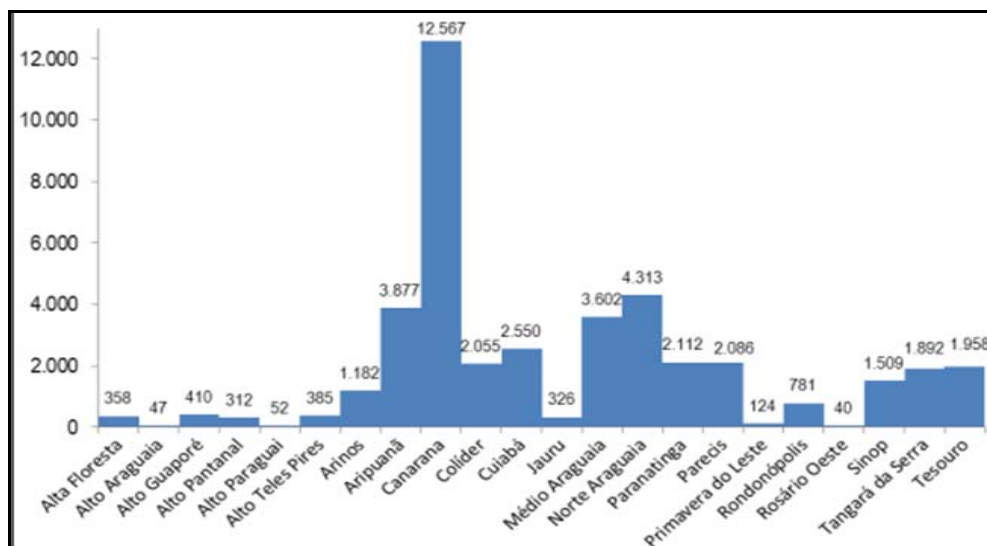
A próxima tabela mostra a proporção em porcentagem da população total e a indígena das cidades de vários estados da federação. Na lista de treze municípios, aparece Campinópolis no décimo segundo lugar, com 14.305 (população total) e 7.621 de população indígena – mais da metade das pessoas que moram na cidade são declaradas indígenas.

Tabela 4. Proporção da população indígena por município

Municípios	População total	População indígena	Proporção de população indígena %
Uiramutã - RR	8.375	7.382	88,14
Marcação - PB	7.609	5.895	77,47
São Gabriel da Cachoeira - AM	37.896	29.017	76,57
Baía da Traição - PB	8.012	5.687	70,98
São João das Missões – MG	11.715	7.936	67,74
Santa Isabel do Rio Negro - AM	18.146	10.749	59,24
Normandia - RR	8.940	5.091	56,95
Pacaraima - RR	10.433	5.785	55,45
Santa Rosa do Purus - AC	4.691	2.526	53,85
Amajari - RR	9.327	5.014	53,76
Campinápolis - MT	14.305	7.621	53,28
Ipuacu - SC	6.798	3.436	50,54

Fonte: IBGE (2010).

O gráfico 2 demonstra o número da população indígena por microrregião de Mato Grosso. As microrregiões de Canarana, Norte Araguaia, Aripuanã e Médio Araguaia são as quatro que possuem a maior população. Os movimentos socioterritoriais são atuantes nos municípios. O quadro abaixo apresenta a sigla, o nome dos movimentos socioterritoriais e o município de maior atuação nos períodos de 2000 até 2012.

Gráfico 2. População indígena por microrregião

Fonte: Organizado por GECA/UFMT e DATALUTA Mato Grosso/2013 com base em dados do IBGE (2010).

Quadro 1. Mato Grosso – movimentos socioterritoriais e municípios de atuação

SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	MUNICÍPIOS
ASA	Associação Santo Antônio	Guiratinga
ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	Rondonópolis
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Jangada, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Nova Guarita, Rosário Oeste
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Guiratinga, Itaúba, Jaciara, Rio Banco, Chapada dos Guimarães, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Nova Guarita, Poxoréo, Santo Antônio do Leverger, Peixoto de Azevedo
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	Acorizal
MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas	Nova Guarita, Diamantino, Nova Marilândia, Nova Maringá, Alto Boa Vista, Rondonópolis, Peixoto de Azevedo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Cáceres, Jaciara, Nova Olímpia, União do Sul, Cláudia, Sinop, Glória D'Oeste
MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados	Rondonópolis
MTA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso	Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	Porto Alegre do Norte
OI	Organização Independente	Chapada dos Guimarães

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2013. www.fct.unesp.br/nera

Fonte: Organizado por GECA/UFMT e DATALUTA Mato Grosso/2013.

Os movimentos socioterritoriais indígenas se fazem presentes em todas as mesorregiões do estado. Segundo Rossetto (2015, 45):

É possível constatar que os movimentos socioterritoriais atuam em todas as Mesorregiões do Estado, entretanto, os Movimentos Indígenas estão concentrados na Mesorregião Norte, nas seguintes Microrregiões (MRH): Parecis (município de Diamantino); Colíder (municípios de Nova Guarita e Peixoto de Azevedo); Arinos (município de Nova Maringá). Nessas localidades residem as etnias Paresi e Mentuktire e Menkrangnotí.

Os principais motivos das manifestações em Mato Grosso envolvem reivindicações por assuntos da questão indígena, regularização de terras, políticas públicas, questão ambiental, saúde e abastecimento de água. Esses protestos ocorrem com base nessas questões devido à falta de interesse dos poderes públicos, a ausência do Estado em fazer cumprir o direito ao acesso às terras das populações indígenas.

No período de 2000 até o ano de 2013, aconteceram manifestações contra a desintrusão da TI Marãiwatsédé, que foi homologada no dia 11 de dezembro de 1998, que passa pelos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e São Feliz do Araguaia.

ANÁLISE DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL MATO-GROSSENSE

Com relação ao movimento de ocupação em Mato Grosso, comparando-se as manifestações, observa-se que essas duas formas de protestos são muito utilizadas no estado pelos movimentos socioterritoriais. E no caso dos indígenas

não é diferente, só que as ocupações possuem números menores – tanto de ocorrências como quantidade de pessoas.

No período estudado, o município de Cuiabá foi o que apresentou mais ocupações e todas em prédios públicos, pois na cidade estão as sedes da FUNAI, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Outros municípios em que ocorreram ocupações foram Aripuanã, Barra do Garças e Sapezal, com três, cujas reivindicações eram por infraestrutura, saúde e a questão indígena. Colíder, Rondolândia e São Félix do Araguaia são cidades onde houve poucas ocupações e as que tiveram ocupação de prédio público, como a prefeitura municipal, a motivação era por saúde e questão indígena, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5. Quantidade de ocupações por município em Mato Grosso entre 2000 e 2012

OCUPAÇÕES DE PRÉDIOS PÚBLICOS E PRIVADOS REALIZADAS PELOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS EM MATO GROSSO NOS ANOS DE 2000-2012	
Município	Número de ocupações
Aripuanã	3
Barra do Garças	3
Colíder	2
Cuiabá	5
Rondolândia	1
São Félix do Araguaia	1
Sapezal	3
Total geral	18

Fonte: Organizada por Poletto e Ferreira (2016).

Por meio da tabela 6, pode-se verificar que os anos de 2008 até 2011 foram os que mais registraram ocupações nos municípios, tanto em prédios públicos e privados como em canteiros de obras e Centro de Tradições Gaúchas, no município de Sapezal, cuja reivindicação dos índios da TI Enawenê-Nawe era pela água em 2010. E na ocupação do canteiro de obras realizada pela mesma TI, as reivindicações na cidade em 2008 eram por questões ambientais. A Tabela 6 mostra o número de ocupações dos movimentos socioterritoriais indígenas por ano em Mato Grosso, no período de 2000 a 2012.

As reivindicações das ocupações no estado, pelos movimentos socioterritoriais indígenas, são por saúde, questões ambientais, questão indígena, água e infraestrutura, sendo a questão indígena mais evidente porque ocorrem muitos conflitos pelo fato de os indígenas não terem direitos à propriedade e, ao possuírem participação civil, adquirem direitos para lutar por melhores condições de vida.

Tabela 6. Número das ocupações dos movimentos socioterritoriais indígenas por ano em Mato Grosso, no período de 2000 até 2012

OCUPAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS EM MATO GROSSO POR ANO	
Ano	Número de ocupações
2000	0
2001	0
2002	0
2003	0
2004	1
2005	1
2006	1
2007	0
2008	4
2009	2
2010	3
2011	5
2012	1
Total geral	18

Fonte: Organizada por Poletto e Ferreira (2016).

As manifestações em Mato Grosso, realizadas pelos grupos indígenas, são os bloqueios de rodovias, mas as outras tipologias também se fazem presentes. Os acampamentos, caminhadas, concentrações em espaço público, manifestos, marchas e temática ocorrem no estado, que tem como característica eventos como os movimentos socioterritoriais, como as manifestações que acontecem em sua maioria em conjunto com o MST, quilombolas, junto com os movimentos indígenas, a exemplo do caso da TI Maraiwatsede em Alto do Boa Vista, em que houve manifestações realizadas pelos posseiros, reivindicando a desintração da TI. Observa-se que, na tabela 7, no município de Barra do Garça as manifestações ocorreram contra a retirada dos moradores do posto da mata e os produtores que ocuparam ali por 20 anos a TI, na região do Araguaia; em Brasnorte, o tipo de protesto foi marcha realizada pela Associação dos Produtores Rurais Unidos de Brasnorte, por causa da decisão judicial que devolveu à FUNAI portarias que autorizam realização de estudos técnicos para ampliar os limites da TI Merku.

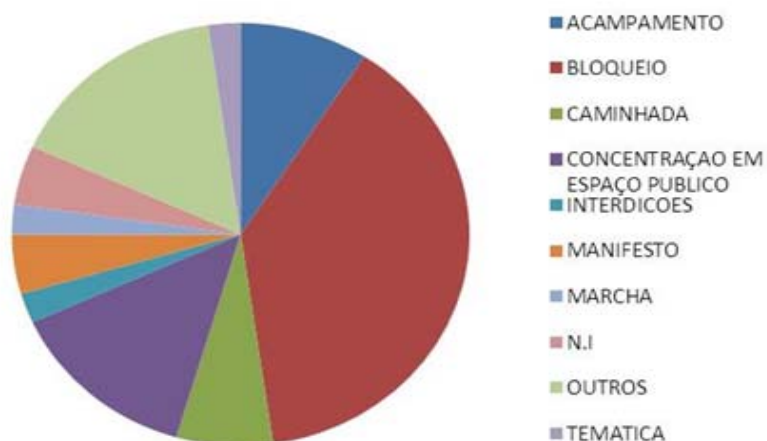
O Gráfico 3, a seguir, apresenta os tipos e a proporção das manifestações dos movimentos indígenas, individuais e conjuntas com outros, ocorridas em Mato Grosso, em que, dentre as tipologias, o bloqueio de rodovias é a forma de protesto mais utilizada, outras são atos públicos que mais ocorreram em Comodoro; em Cuiabá houve manifestações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215), lei que aprovaria a demarcação e ratificaria as demarcações homologadas. As concentrações em espaço público aconteceram nas cidades de Juína e Cuiabá, os acampamentos fazem parte da luta dos movimentos indígenas em conjunto com outros movimentos que foram realizados com o MST e os quilombolas.

Tabela 7. Municípios e o número de manifestações ocorridas

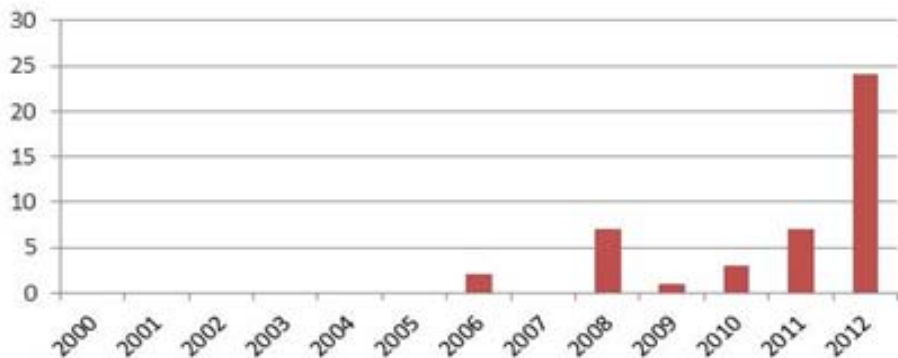
MUNICÍPIOS E O NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES REALIZADAS PELOS MOVIMENTOS INDÍGENAS	
Alto Boa Vista	3
Barra do Garças	3
Brasnorte	1
Colíder	2
Comodoro	2
Cuiabá	14
Guarantã do Norte	2
Itaúba	3
Juína	3
Marcelândia	1
N.I.	2
Nossa Senhora do Livramento	1
Nova Xavantina	1
Paranaíta	1
Peixoto de Azevedo	2
Santa Cruz do Xingu	1
São José do Xingu	2
Total geral	45

Fonte: Poletto (2016).

Por sua vez, o gráfico 4 mostra o total das manifestações ocorridas nos anos de 2000 até 2012; o período em que mais ocorreram foi de 2006 até 2012, tendo no ano de 2012 manifestações contrárias à desintrusão da TI Maraiwatsede.

Gráfico 3. Tipos das manifestações ocorridas no estado no período de 2000 até 2012

Fonte: Organizado por Poletto (2016).

Gráfico 4. Número total das manifestações por ano em Mato Grosso

Fonte: Organizado por Poletto (2016).

As manifestações realizadas pelos indígenas estão localizadas em todas as mesorregiões, mas concentradas em três delas: o centro-sul mato-grossense, sudoeste mato-grossense e nordeste mato-grossense. A figura 2 demonstra a geografia das manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais indígenas nos anos de 2000 até 2012, as tipologias variam em algumas localidades do estado. Tem-se, na região nordeste, a tipologia de bloqueio de rodovia, em específico foi a mais aparente da desintrusão da TI; na outra região próxima à capital houve bloqueios, acampamentos, caminhadas, movimentos que reúnem grande número de pessoas - trinta a quatrocentos participantes. Em Brasnorte e Colíder, que tiveram maior número de pessoas, ocorreram marcha e caminhada, com participação conjunta de movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo Souza (2009 *apud* DALPERIO, 2012, p. 47):

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu em 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Goiânia: Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas das penalidades sofridas deste sistema de governo, que atendiam interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também porque a Igreja possuía uma certa influência política e cultural.

Outra manifestação com números significativos de participantes foi a realizada pelos quilombolas; esse movimento luta pelo reconhecimento, pois são remanescentes de quilombos no Brasil e também sofrem por terem suas áreas na mira de interesses do latifúndio; em Mato Grosso, na cidade de Nossa Senhora do

Livramento, a manifestação foi contra a lentidão na demarcação e regularização de TI.

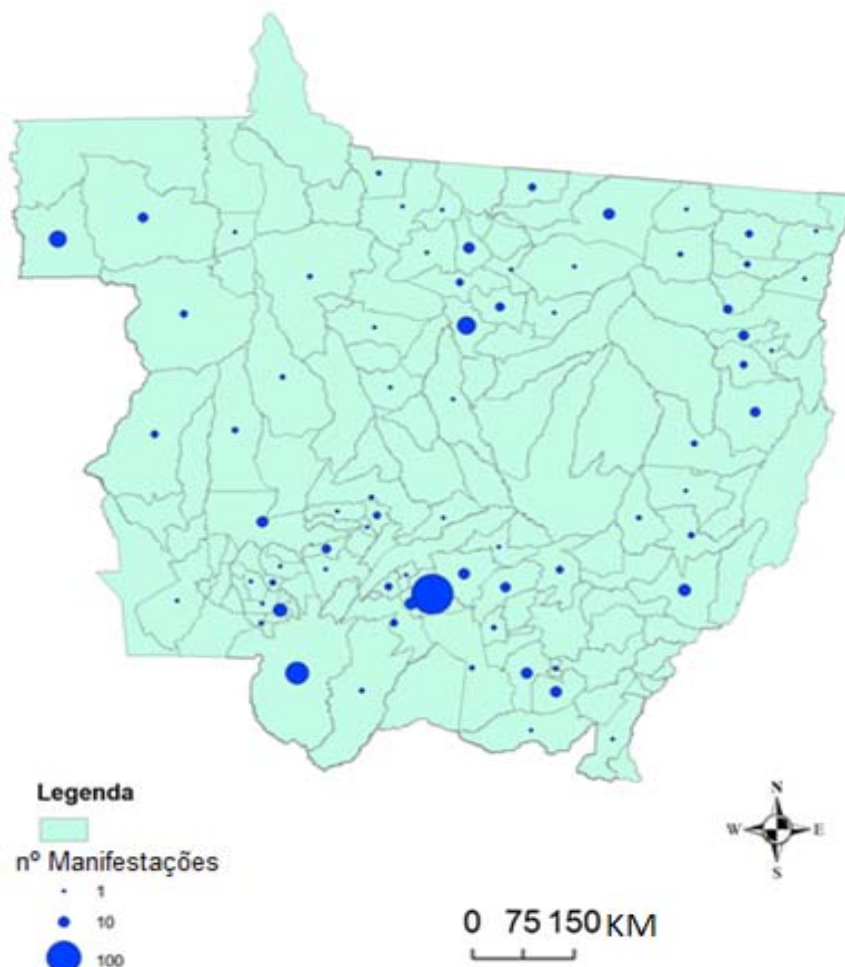
As etnias que realizaram manifestações conjuntas ou individuais nos anos de 2000 até 2012 em Mato Grosso, e que foram encontradas nos dados, foram: Xavante Warã, Terena Kopenuti, Nambyquara, Guarani, Panará, Índios Ipeng, Kayapo, Índios do Xingu e Enawenê. As manifestações realizadas por causa de questões ambientais e água ocorreram em Paranatita; Peixoto de Azevedo e São José do Xingu, interdições, bloqueio e concentrações por causa da construção de usinas hidrelétricas como a de Belo Monte, que tem gerado polêmica por causa dos impactos ambientais, destruição de floresta e a diminuição da vazão do Rio Xingu, que prejudicou indígenas que vivem da pesca, e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), no Rio Teles Pires, que são hidrelétricas construídas em rios menores ou médios, mas que geram potências que são suficientes para movimentar as turbinas.

A participação com o menor número de pessoas ocorreu nos acampamentos e manifestos com as reivindicações contra a invasão de TIs, usinas hidrelétricas e o avanço do agronegócio no cerrado, que é algo que gera lucro e que também causa prejuízo, sendo esse prejuízo aos pequenos agricultores, aos indígenas; quando a produção agrícola avança, aumenta a poluição de recursos hídricos, aumenta o uso de agrotóxicos que, além da contaminação, causam danos à saúde, desmatamento e a concentração de terras.

Os movimentos socioterritoriais indígenas em Mato Grosso fazem ocupações em prédios públicos e privados, como também cerco em construções e estão presentes em todas as mesorregiões do estado. Comparando com as manifestações no período dos anos 2000 até 2012, observou-se que as ocupações são uma maneira de protesto pouco usada por eles, mas suas reivindicações são expressas também por outros movimentos de ocupação de forma conjunta. Segundo Dalperio (2012, p. 208):

Denominamos Movimentos Indígenas para as ocupações de terras que tenham sido realizadas por grupos indígenas do Brasil, ou seja, não são ações geradas por um movimento indígena organizado e/ou institucionalizado, mas por diversos grupos somados e sistematizados. A população indígena vem sendo desterritorializada desde a colonização portuguesa, a qual extinguiu e dizimou centenas de grupos indígenas por meio de disputas pelos territórios e pela transmissão de doenças.

Na Figura 3, observa-se a geografia das ocupações dos movimentos socioterritoriais indígenas em Mato Grosso. A capital Cuiabá, localizada na mesorregião centro-sul mato-grossense, foi a que mais registrou ocupações, os locais foram todos em prédios públicos como a FUNAI, FUNASA e DSEI, reivindicando a questão indígena e saúde. Na capital ocorreu também ocupação conjunta com o MST, movimento que luta pela reforma agrária.

Figura 2. Geografia das manifestações indígenas em Mato Grosso-2000 a 2012

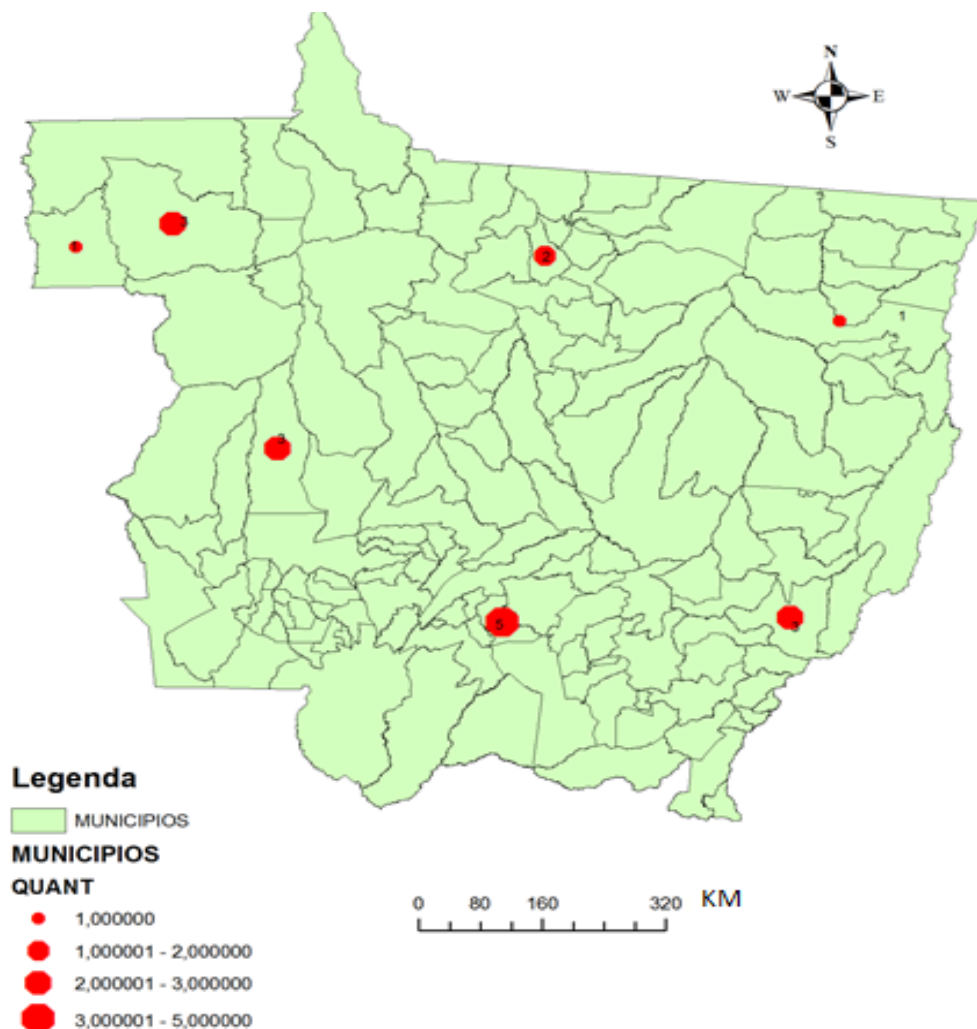
Fonte: Organizada por Poletto (2016).

Entre os objetivos do MST encontra-se o de desapropriar os latifúndios em posse das multinacionais e de todos aqueles que estiverem improdutivos, assim como a definição de uma área máxima para propriedade rural. O MST é contra projetos de colonização (como os realizados na Amazônia e que resultaram em fracasso) e defende a autonomia das tribos indígenas, sendo contra a revisão de suas terras (MACHADO, 2005).

Nos demais municípios do estado as reivindicações foram pela água, tanto com relação às melhorias das condições de abastecimento como contra as construções de usinas hidrelétricas no município de Aripuanã; em Colíder, as reivindicações ocorreram pela questão ambiental. As etnias Xavante, Kaiapó, Kaiabi, Terena,

Zoró, Enawenê Nawê, de acordo com os dados, foram as que mais realizaram ocupações.

Figura 3. Geografia das ocupações dos movimentos indígenas em Mato Grosso, de 2000 a 2013



Fonte: Organizado por Poletto (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o propósito deste trabalho era demonstrar e analisar a atuação dos movimentos socioterritoriais indígenas, foi identificado que o movimento indígena em Mato Grosso se faz presente na maior parte do estado. O movimento tem lutado, reivindicando suas necessidades, garantia e defesa dos seus direitos, devido ao fato de que muitos fatores têm ameaçado esses direitos, como, por exemplo, direito à sobrevivência, à identidade e cultura.

Algumas das reivindicações foram pela regularização das TIs, demarcação, ampliação das TI para melhores condições para permanência dos indígenas,

contra construções que causam impactos ambientais e na vida dessas pessoas, contra decretos e portarias. E também contra a violência e injustiças referentes à expansão do latifúndio e do agronegócio, o que gera a diminuição de áreas com o desmatamento e destrói fauna e flora, fazendo com que saiam de sua moradia para outras localidades, sejam urbanas ou rurais.

Assim, a luta dos movimentos socioterritoriais indígenas que reivindicam aos poderes públicos condições de saúde e de abastecimento básico, por causa do constante avanço do agronegócio que coloca vidas em risco, direta ou indiretamente. Na pesquisa, verificou-se que as manifestações e ocupações foram individuais e conjuntas com outros movimentos com objetivos semelhantes, ou seja, a luta pela terra e a defesa do território deste modelo de produção de capital de lucro.

Os movimentos socioterritoriais lutam por uma nova reorganização fundiária de maneira que descentralize de poucos para uma redistribuição de terras mais coerente. Nas análises realizadas foi possível construir um conceito junto com o social, haja vista que lutam por objetivos parecidos, contra a desigualdade social, mas o socioterritorial tem a luta pela terra.

A atuação dos movimentos acontece por meio de manifestações e ocupações, no entanto, as manifestações se deram em maior número de vezes e se fizeram presentes em quase, se não todas, as tipologias; as ocupações ocorreram em prédios públicos e privados e a maioria em conjunto com outros movimentos – as manifestações são o principal protesto na luta pelas reivindicações.

Com diversos objetivos como reforma agrária, crítica ao modelo de produção, as reivindicações pediram pela demarcação de TIs e ações das políticas públicas. No trabalho, a escala foi microrregional e estadual. As ações dos movimentos mais atuantes e mais mobilizados são muito importantes para a conquista do território, têm as ocupações e mobilizações como estratégias e lutam contra a desigualdade existente no campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O campo no século XXI: Terras Indígenas e Unidades de Conservação-Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004.

_____. Processos de Territorialização e Movimentos Sociais na Amazonia. In OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo; MARQUES, Marta Ines Medeiros (Orgs). O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUENO, Magali Franco. O imaginário sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DALPERIO, Lara Cardoso. Geografia dos movimentos socioterritoriais de 2000 a 2011. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. Revista gaúcha de enfermagem, v. 22, n. 2, Porto Alegre, jul. 2001, pp. 5-20.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos Sociais no campo e outras resistências camponesas. In PAULINO, Eliane Tomasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). Camponato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular/Unesp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Observatório Social de América Latina, v. 16, 2005.

_____. Contribuição ao estudo do camponato brasileiro: Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST (1979-1999). 1999. 316p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERREIRA, Mariana K. Leal. Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil. 1992. Dissertação - Universidade de São Paulo, 1992.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Terra Indígena. 2016. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 11 nov. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da Conflitualidade no Campo Brasileiro. In FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da Conflitualidade no Campo Brasileiro. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47 maio-agosto, 2011.

GSHOW. Conheça aldeias indígenas que são ótimas opções de turismo em MT. É bem Mato Grosso, 2015. Disponível em: <http://gshow.globo.com/TV-Centro-America/E-Bem-MT/noticia/2015/03/conheca-aldeias-indigenas-que-sao-otimas-opcoes-de-turismo-em-mt.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coleção digital. Publicações. Normas de apresentação tabular. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

ISA. Instituto Socioambiental. População Indígena no Brasil. Slideshow, 2012-2016. Disponível em: <
<http://img.socioambiental.org/v/publico/institucional/slideshows/populacaoindigena>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. O ISA. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em: 10 set. 2016.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2005. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 16 abr. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo; MARQUES, Marta Ines Medeiros (Orgs.). O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Batista de. Povos indígenas e ampliação dos domínios coloniais [manuscrito]: resistência e assimilação no Vale do Rio Doce e Zona da Mata, séculos XVIII e XIX. 2009. xi, 159 f.: il. color., mapas.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Silva de. **Gestão territorial e sustentabilidade socioambiental do xavante de Marãwatsédé - município de Bom Jesus do Araguaia-MT, 2014.**

_____. Gestão territorial e desenvolvimento sustentável do povo Xavante de Marãiwatsédé. 2014. 129p. **Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.**

RANGEL, Lucia Helena. A questão indígena na atualidade. XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1999.

_____. A questão Indígena na Atualidade. In OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo; MARQUES, Marta Ines Medeiros (Orgs.). O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004.

ROSSETTO, Onélia Carmem. Produção do Espaço Agrário no Estado de Mato Grosso e o Processo de Concentração de Terras no Pantanal Norte Mato-Grossense. In _____; TOCANTINS, Nely. (Org.). Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia e Conservação da Biodiversidade. 1. Porto Alegre - RS: Imprensa Livre, Compasso Lugar, Cultura, 2015. v. 1.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

STEDILE, João Pedro. A questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954/1964. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.